



DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS AO SERVIÇO SOCIAL: enfrentar o conservadorismo e incorporar debates necessários

LAMB, Talita Lúcia¹

RESUMO: O artigo faz uma exposição acerca do conservadorismo no âmbito profissional e do debate acerca das questões de gênero, raça e classe. A revisão bibliográfica problematiza a reatualização do conservadorismo e os rebatimentos no campo profissional, bem como, aproxima-se ao debate que incorpora as questões de gênero e raça associadas à questão de classe, sem a anulação de suas particularidades, e que evidenciam o racismo e o sexismo como alimentadores da lógica destrutiva e exploratória do capital sobre o trabalho. Entende-se que tanto a temática do conservadorismo, quanto as temáticas que inter-relacionam gênero, raça e classe, se põem como demandas contemporâneas para o Serviço Social, a primeira na perspectiva de enfrentamento, e a segunda na perspectiva de incorporação, aprofundamento e compromisso diante da formação e atuação profissional sob uma perspectiva emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: serviço social; conservadorismo; debates contemporâneos.

INTRODUÇÃO

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos constitutivos da profissão de Serviço Social no Brasil, indicam a presença do conservadorismo como base de sustentação moral para o *ethos* profissional. Mudanças nessas bases foram possíveis a partir das iniciativas do movimento de reconceituação da profissão, iniciado no âmbito da América Latina na década de 60, e que no Brasil, conseguiu através da perspectiva de intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional, avançar para a incorporação de novas bases teóricas e metodológicas ancoradas numa perspectiva crítica, cujo processo se firma nas décadas de 80 e 90.

É também nesta perspectiva, de situar a presença do conservadorismo no âmbito profissional, que muitas questões e temas presentes na sociedade latino-americana e especificamente brasileira, foram negligenciados até pouco tempo enquanto temas de

¹ Assistente Social, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social – UFSC. E-mail: talita.as@hotmail.com



preocupação para a categoria. As questões de gênero e raça, por exemplo, são constituintes da formação sócio histórica do país, traduzidas no patriarcalismo autoritário e no escravagismo e racismo, com todas as refrações que essas características implicam em termos de subjugação e violação de direitos.

É no âmbito da incorporação de uma perspectiva crítica de orientação da formação e atuação profissional que debates como os supracitados passam a ter espaço, devido ao compromisso que o Serviço Social passa a assumir com as classes trabalhadoras e com valores ético-políticos emancipatórios.

Nesse sentido, o artigo ancorado em revisão bibliográfica, está organizado de forma a apresentar inicialmente o conservadorismo enquanto orientação presente na constituição da profissão, e que embora tenha sido superado nos marcos organizativos e orientadores profissionais, ainda se reatualiza no bojo da sociedade e internamente ao Serviço Social, portanto, exigindo seu enfrentamento. E, na sequência, apresenta-se a importância e a necessidade da incorporação das discussões de gênero, raça e classe pela categoria de assistentes sociais.

ENFRENTAR O CONSERVADORISMO

O Serviço Social brasileiro, acompanhando o movimento latino americano a partir de 1965, vivenciou o Movimento de Reconceituação², não de forma homogênea, no entanto, empreendedor de grandes avanços nas dimensões da formação profissional, da produção do conhecimento (com a criação da pós-graduação em 1972), da intervenção e da organização política da categoria e, com importante protagonismo brasileiro para o contexto de reconceituação no referido continente, que se deu também pela particularidade da organização acadêmico-política como mediação central na construção de uma alternativa crítica, no sentido do enfrentamento às bases conservadoras³ (LOPES, 2016).

Ciente das críticas feitas ao movimento [de reconceituação], desde o seu início, partilho da compreensão daqueles que entendem que ele foi de

² Movimento deflagrado no âmbito latino-americano no ano de 1965 durante o I Seminário de Serviço Social Face às Mudanças Sociais na América Latina, realizado em Porto Alegre, no Brasil. Tal movimento expressa uma tendência que foi construída com o avanço teórico e crítico da profissão (LOPES, 2016).³ O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista (NETTO, 1984; YAZBEK, 2009 apud YAZBEK, 2018, p. 50).

³ O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista (NETTO, 1984; YAZBEK, 2009 apud YAZBEK, 2018, p. 50).



grande relevância no despertar para questões cruciais no exercício da profissão nas sociedades de capitalismo dependente e profundamente desiguais, como as sociedades latino-americanas (LOPES, 2016, p. 313).

Para a autora, o período do Movimento de Reconceituação até os dias atuais representa a disputa entre projeto conservador de classes dominantes e projeto alternativo emancipador, principalmente considerando o momento de avanço de forças conservadoras e contrarrevolucionárias e, ainda entendendo como principal legado do movimento, a perspectiva de vinculação da profissão aos interesses das classes trabalhadoras (LOPES, 2016).

Lopes (2016) destaca que o movimento de reconceituação na América Latina deu-se acompanhado pelo contexto histórico presente naquele momento, como a animação com algumas vitórias populares, a exemplo de Cuba, o contexto de análise crítica da realidade latino-americana, a organização acadêmico-política da categoria, o protagonismo do Serviço Social brasileiro, a incorporação do marxismo (Althusser, Gramsci, Luckács, Lefebvre). Embora o exposto evidencie o avanço na perspectiva da construção crítica, no mesmo tempo histórico tem-se a consolidação do imperialismo como forma de reprodução da acumulação capitalista com a exploração de países desenvolvidos sob os países periféricos, o que complexifica no âmbito profissional a sustentação dessa alternativa crítica. Nesse sentido, para Lopes (2016) as instituições de organização e articulação do Serviço Social têm o desafio de fazer a mediação da alternativa crítica na profissão frente a barbárie da exploração capitalista e o avanço do conservadorismo.

Conforme análise de Maria Lúcia Barroco (2011, p. 206) sobre o neoconservadorismo como desafio ao projeto profissional do Serviço Social brasileiro, a autora bem destaca que “o pensamento dominante no capitalismo contemporâneo - a ideologia neoliberal e seu subproduto, a ideologia pós-moderna -, exerce a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital”.

Compreende-se que este pensamento justifica as transformações operadas no capitalismo mundial (superexploração do trabalho, desemprego estrutural e conjuntural, formas de inserção de trabalho precárias e ataque a direitos dos trabalhadores) e, tem incidências também na organização política das e dos trabalhadores, um contexto que favorece a reorganização e avanço de movimentos de direita, de extrema direita e ultraconservadores (BARROCO, 2011).

O Serviço Social não fica imune às influências dessa conjuntura, “[...] o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão”, embora a perspectiva de ruptura com o conservadorismo tenha sido princípio e objetivo que nortearam e norteiam o projeto ético-político profissional (BARROCO, 2011, p. 211). “Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da



categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada” (BARROCO, 2011, p. 213). Portanto, o desafio de fazer esse enfrentamento se coloca de modo permanente no interior da categoria.

Essa ideologia, mediada moralmente, como adverte Barroco (2011) orienta a individualização, a naturalização das desigualdades, a moralização da “questão social”, a justificação da violência, a xenofobia, a corroboração com práticas fascistas, o que pode incidir também no âmbito da atuação profissional de assistentes sociais, que na contramão dos princípios balizados pelo Código de Ética de 1993, corroboram com a reprodução do ideário dominante e, conseqüentemente operando para o seu fortalecimento.

É notório que contextos de reatualização conservadora, abrem caminhos para a reatualização de ideários totalitários como o fascismo, compreendido por Paiva e Tavares (2020) como enfrentamento permanente dos ideais e da luta socialista, combatendo os ideais igualitários e emancipadores dos povos mundo afora, e na América Latina. É de fato um insumo implacável da dinâmica imperialista, pois “na medida em que os setores sociais dominantes permanecerem capazes de preservar o monopólio social do poder e do poder político estatal, o totalitarismo de classe, com suas implicações políticas, continuará a ser um processo histórico-social repetitivo” (PAIVA; TAVARES, p. 611). No entanto, como explicita Barroco (2011, p. 210):

Certamente, parte da sociedade não reproduz essa ideologia e combate essas práticas: os movimentos populares democráticos, milhares de sujeitos políticos que no mundo inteiro se manifestam de formas variadas em oposição à desumanização, em confronto com o capital, na resistência ao avanço das políticas neoliberais [...].

Para a autora, o enfrentamento do neoconservadorismo no âmbito profissional é de caráter político, que deve desdobrar-se no fortalecimento da organização política em todas as suas expressões, e ainda, a articulação com entidades e organizações representativas da classe trabalhadora, movimentos sociais populares e democráticos, tendo em vista uma base social de sustentação de nosso projeto profissional (BARROCO, 2011).

Para Vasconcelos (2015, p. 48), “é tomando o cotidiano profissional/exercício profissional como objeto de investigação crítica e sistemática, como parte e expressão do contexto particular e geral [...]”, o que possibilita aos assistentes sociais agir no sentido de superar práticas conservadoras, identificando possibilidades na realidade e a partir daí definindo estratégias e ações necessárias, articulando alianças com vistas à luta social e contribuir no fortalecimento dos interesses e necessidades daqueles que vivem do trabalho.

Tais lutas se dão ancoradas na perspectiva de que outro mundo é possível e o Serviço Social tem histórico de engajamento nessas lutas. Para tanto, é necessário



incorporar no âmbito da formação, atuação e organização política da categoria, temas e debates que são imprescindíveis para avançar no fortalecimento de uma perspectiva crítica associada às especificidades de vida e de demandas das classes trabalhadoras. É nesse sentido que o tópico a seguir traz a discussão sobre a incorporação, no Serviço Social, do debate em torno da raça, classe e gênero.

INCORPORAR DEBATES NECESSÁRIOS

Entende-se ser prudente iniciar a argumentação acerca dos debates que devem ser incorporados de forma mais aprofundada pelo Serviço Social, destacando-se o contexto em que as demandas postas à profissão estão situadas, ou seja, no contexto de crise permanente e estrutural do capitalismo que acompanha estas primeiras décadas do século XXI.

Nesse contexto de crise estrutural do capital, com implicações para a degradação da vida humana e ambiental, Cisne e Falquet (2020) advertem que as implicações da crise não incidem e/ou se apresentam do mesmo modo para os diferentes povos, nações e grupos, destacando que as consequências atingem principalmente os países mais pobres e homens e mulheres racializados e proletarizados.

A partir desta precisão inicial, recorre-se à contribuição de Vasconcelos (2015, p. 37) ao apresentar sua análise sobre a atuação das e dos assistentes sociais na luta de classes, que representa a luta entre interesses contraditórios no âmbito da sociedade capitalista orientada para a acumulação de capital. Como aponta a autora “num contexto de interesses contraditórios, independentemente da percepção, da crença e/ou das representações dos indivíduos sociais, as classes sociais existem e a luta de classes está em vigência no âmbito da organização social capitalista [...]”, a qual media e é mediada pela ação de todos e de qualquer profissional, e dentre eles, também o assistente social, cuja luta se dá majoritariamente no âmbito institucional e ideológico, tendo em vista sua inserção profissional institucional.

Pensar essa relação se torna necessária, tendo em vista o compromisso político que a profissão de Serviço Social assume a partir das décadas de 80 e 90 com a classe trabalhadora e com valores ético-políticos emancipatórios, tendo em vista, que as refrações das contradições que se apresentam na sociedade de classes, incidem negativamente nas condições de vida das e dos trabalhadores, destacando-se junto à questão de classe, a questão de raça e gênero.

Sobre o lugar que a atuação profissional ocupa, Vasconcelos (2015, p. 45) destaca:



Ora, pelo lugar privilegiado que ocupamos como assistentes sociais, nós nos constituímos, em princípio, num poderoso braço da elite dominante, o que significa que, cotidianamente, somos chamados a reproduzir acriticamente mecanismos de controle e dominação, o que vem, historicamente, contribuindo para acalmar, desmobilizar, desorganizar e aprofundar a alienação dos diferentes segmentos da classe trabalhadora com os quais atuamos.

Tal processo se dá sustentado na prática pela prática, como fim em si mesma, de modo que pode-se incidir negativamente para o processo de formação, mobilização e organização das massas de trabalhadores. Na contramão disso, coloca-se o projeto do Serviço Social brasileiro em sintonia com as necessidades e interesses históricos dos trabalhadores (VASCONCELOS, 2015). E compreende-se que nesse bojo devem ser incorporadas as temáticas e as lutas de grupos da classe trabalhadora que vivenciam particularidades no interior da luta de classes, portanto, a apropriação do debate de raça e gênero ao debate de classe é fundamental.

Para Cisne e Falquet (2020) raça, classe e gênero, se interrelacionam, pois o racismo e o sexismo retroalimentam a lógica destrutiva do capital:

[...] por meio das apropriações advindas das relações sociais de raça e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres. Não é possível, assim, separar as relações de produção das relações sociais, das quais as relações de sexo e raça são, indiscutivelmente, parte constitutiva (CISNE, 2018, p. 224 apud CISNE; FALQUET, 2020, p. 426).

As autoras, fazem essa análise ancoradas no feminismo materialista, que diferente das análises culturais e ideológicas, assenta-se em bases materiais (entende que toda ideologia parte de uma base material) e, destacam que há três relações sociais estruturais: classe, raça, sexo, ou seja, não há apenas uma divisão de classe atravessando as sociedades, mas há, também, uma divisão sexual e racial do trabalho, relações estas que determinam a exploração do trabalho (CISNE; FALQUET, 2020).

No entanto, é importante situar que nesta interpretação, não se trata de dividir ou fragmentar a classe, mas de compreender as particularidades presentes na classe para compreendê-la em sua totalidade e heterogeneidade (unidade exige o reconhecimento das diferenças), uma vez que nessa inter-relação existe um projeto coletivo comum que é classista e emancipatório (CISNE, 2018 apud CISNE; FALQUET, 2020). E, portanto, “qualquer estratégia de superação das desigualdades, exige um projeto político que seja simultaneamente e igualmente feminista, antirracista e anticapitalista” (CISNE; FALQUET, 2020, p. 435).



Referindo-se também à questão racial, nesse mesmo sentido, incorporar e aprofundar o debate sobre raça e racismo no âmbito do Serviço Social exige, conforme destacam Paiva, Souza e Mariotto (2020) compreender o racismo no contexto das contradições e conflitos decorrentes da sociedade capitalista, cujas relações sociais racializadas imprimem determinações particulares sobre as condições de vida e morte da população negra e indígena.

Sobre essas condições, destaca-se que a superexploração do trabalho atinge em grande medida a população negra, a qual está majoritariamente exposta a trabalhos precarizados e sem proteção social, com menos acesso à direitos sociais e às políticas sociais em geral (MARINI, 2011 apud PAIVA; SOUZA; MARIOTTO, 2020). Tais expressões evidenciam a incidência particular que o capitalismo exerce nos grupos racializados e, especificamente nestes grupos situados nos países periféricos de capitalismo dependente.

Nesse sentido, é importante destacar, o compromisso ético-político presente no Código de Ética profissional do/a assistente social - e no projeto ético-político profissional atual como um todo - cujo sexto princípio prevê, em articulação com os demais princípios emancipatórios, o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 2011). De modo que:

Qualquer reflexão sobre a ética no âmbito pessoal e coletivo-profissional, requer situar a luta antirracista como uma exigência ética, associada necessariamente ao projeto igualitário, libertário, que só pode ser universal - que seja capaz de enfrentar os antagonismos de classe, racial, de gênero, orientação sexual, geracional etc. (PAIVA, SOUZA, MARIOTTO, 2020, p. 1).

Portanto, a incorporação de questões atinentes aos interesses de grupos socialmente discriminados e aos interesses das classes trabalhadoras deve cimentar o caminho para a organização coletiva, seja internamente ao Serviço Social e em sua vinculação com os movimentos populares emancipatórios, seja em todos os âmbitos vinculados ao enfrentamento das forças conservadoras e aliadas à reprodução da barbárie do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfrentar o conservadorismo e apropriar-se dos debates de raça e gênero integrando-os ao debate e à luta de classe é necessário e urgente. Os movimentos populares, todas as formas de organização coletiva são importantes, como têm se mostrado os movimentos feministas e antirracistas, que se propõem à luta anticapitalista como forma de enfrentamento à exploração e expropriação de uma classe sobre outra.



Assevera-se que no âmbito do avanço de forças conservadoras e contrarrevolucionárias que se fazem presentes no cenário mundial e na especificidade da América Latina e Brasil, precisamente no século XXI, o debate e o compromisso com valores ético-políticos emancipatórios devem ser permanentes no interior da profissão pois significa a disputa sempre travada entre projeto conservador de classes dominantes e projeto alternativo emancipador, vinculado aos interesses das classes trabalhadoras.

Logo, este cenário exige pensar as particularidades de gênero e raça vinculadas à questão de classe, tendo em vista que mulheres e homens racializados são os que mais sofrem os rebatimentos do processo de exploração e expropriação do capital sobre o trabalho, o que se agudiza na vivência das mulheres negras da classe trabalhadora. Como bem apontam Paiva, Souza e Mariotto (2020, p. 2) para a “[...] essencial necessidade de atrelar a luta antirracista à luta contra todas as formas de exploração e opressão inerentes à sociedade capitalista”.

As relações de exploração de classe assentadas no racismo e no sexismo, bem como, o avanço e/ou as iniciativas de reatualização do conservadorismo na sociedade e na profissão, não podem ser enfrentadas, ou resolvidas, individualmente, mas demandam organização política coletiva, de modo que tal enfrentamento assume caráter político e deve desdobrar-se no fortalecimento da organização política em todas as suas expressões.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a02.pdf>.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista-materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. **Serviço Social em Revista**, v. 22, p. 425-440, 2020. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38003>.

LOPES, Josefa Batista. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica da profissão. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. (p. 235-261).

PAIVA, Beatriz Augusto de; SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; MARIOTTO, Cristiano. A luta antirracista como exigência ético política: reflexões numa perspectiva latino-americana. In: **Serviço social: questão social e direitos humanos**. V. 4. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2020.

PAIVA, Beatriz Augusto; TAVARES, Elaine Jussara. O confronto de projetos societários na América Latina no Século XXI: uma nova guinada do mundo? **Revista Katálisis**.

Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 601-614, set./dez. 2020.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/Pol%C3%ADtica%2C%20Ci%C3%AAncia%20e%20Mundo%20das%20Redes/202>

YASBEK, Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda, et. al. (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimentos e crítica. Campinas: Editora Papel Social, 2018. (p. 47-84).